



Avaliação,
Políticas
e Expansão
**da Educação
Brasileira 10**

**Willian Douglas Guilherme
(Organizador)**

 **Atena**
Editora
Ano 2019

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)

Avaliação, Políticas e Expansão da
Educação Brasileira 10

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
A945	Avaliação, políticas e expansão da educação brasileira 10 [recurso eletrônico] / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Avaliação, Políticas e Expansão da Educação Brasileira; v. 10) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-467-2 DOI 10.22533/at.ed.672191007 1. Educação – Brasil. 2. Educação e Estado. 3. Política educacional. I. Guilherme, Willian Douglas. II. Série. CDD 379.981
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O livro “Avaliação, Políticas e Expansão da Educação Brasileira” contou com a contribuição de mais de 270 artigos, divididos em 10 volumes. O objetivo em organizar este livro foi o de contribuir para o campo educacional e das pesquisas voltadas aos desafios atuais da educação, sobretudo, avaliação, políticas e expansão da educação brasileira.

A temática principal foi subdividida e ficou assim organizada:

Formação inicial e continuada de professores - **Volume 1**

Interdisciplinaridade e educação - **Volume 2**

Educação inclusiva - **Volume 3**

Avaliação e avaliações - **Volume 4**

Tecnologias e educação - **Volume 5**

Educação Infantil; Educação de Jovens e Adultos; Gênero e educação - **Volume 6**

Teatro, Literatura e Letramento; Sexo e educação - **Volume 7**

História e História da Educação; Violência no ambiente escolar - **Volume 8**

Interdisciplinaridade e educação 2; Saúde e educação - **Volume 9**

Gestão escolar; Ensino Integral; Ações afirmativas - **Volume 10**

Deste modo, cada volume contemplou uma área do campo educacional e reuniu um conjunto de dados e informações que propõe contribuir com a prática educacional em todos os níveis do ensino.

Entregamos ao leitor a coleção “Avaliação, Políticas e Expansão da Educação Brasileira”, divulgando o conhecimento científico e cooperando com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Boa leitura!

Willian Douglas Guilherme

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A BILDUNG E A GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA	
Munir José Lauer	
Carmem Lucia Albrecht da Silveira	
DOI 10.22533/at.ed.6721910071	
CAPÍTULO 2	11
A JUSTIÇA E A META 19: QUESTÕES EM TORNO DO CONCEITO DE GESTÃO DEMOCRÁTICA	
Carmem Lúcia Albrecht da Silveira	
Rosimar Serena Siqueira Esquinsani	
DOI 10.22533/at.ed.6721910072	
CAPÍTULO 3	20
A LEGISLAÇÃO MUNICIPAL DE CURITIBA SOBRE O PROVIMENTO DAS FUNÇÕES DE DIREÇÃO ESCOLAR NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO	
Renata Riva Finatti	
DOI 10.22533/at.ed.6721910073	
CAPÍTULO 4	36
BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA PROUNI: UMA ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE PERMANÊNCIA DOS BOLSISTAS E O CONTEXTO DE PARTICIPAÇÃO NA POLÍTICA PÚBLICA	
Leonardo Nascimento de Lima	
Lorena Machado do Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.6721910074	
CAPÍTULO 5	47
CHARTER SCHOOLS E CONTRATOS DE GESTÃO NA EDUCAÇÃO: DEBATENDO SOBRE LIMITES E POSSIBILIDADES PARA A EDUCAÇÃO BRASILEIRA	
Henrique Dias Gomes de Nazareth	
DOI 10.22533/at.ed.6721910075	
CAPÍTULO 6	57
CULTURA POLÍTICA E EDUCAÇÃO: ANÍSIO TEIXEIRA (1951 A 1964)	
Pedro Henrique Nascimento de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.6721910076	
CAPÍTULO 7	70
DIFICULTADORES NA GESTÃO ESCOLAR MUNICIPAL EM BOA VISTA/RR	
Eduardo Tarragó	
Saiuri Totta Tarragó	
DOI 10.22533/at.ed.6721910077	
CAPÍTULO 8	84
DIVULGANDO O IFPR – O CONHECIMENTO ALÉM DAS SALAS	
Leandro Rafael Pinto	
Wilson Lemos Junior	
DOI 10.22533/at.ed.6721910078	

CAPÍTULO 9	101
GESTÃO DEMOCRÁTICA: AÇÕES VIVENCIADAS EM ESCOLAS DE TEMPO INTEGRAL NA ZONA LESTE DE MANAUS-AM	
Francisca Arlete Costa de Oliveira Márcio Silveira Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.6721910079	
CAPÍTULO 10	114
PROCESSOS PARTICIPATIVOS NA CONSTRUÇÃO DOS PLANOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO: REFLEXÕES E PRÁTICAS EM AÇÃO	
Luciane Spanhol Bordignon Eliara Zavieruka Levinski	
DOI 10.22533/at.ed.67219100710	
CAPÍTULO 11	127
RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	
Emeline Dias Lódi	
DOI 10.22533/at.ed.67219100711	
CAPÍTULO 12	135
A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DIDÁTICO NA ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL	
Rosa Maria da Silva Kátia Cristina Nascimento Figueira	
DOI 10.22533/at.ed.67219100712	
CAPÍTULO 13	145
AÇÕES INTEGRADORAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA: RESULTADOS DE UMA INTERVENÇÃO DIDÁTICA COM MATERIAIS DE BAIXO CUSTO	
Nirlei Terezinha Teodoro Paulo Vitor Teodoro de Souza Nicéa Quintino Amauro	
DOI 10.22533/at.ed.67219100713	
CAPÍTULO 14	151
EDUCAÇÃO INTEGRAL: UMA ANÁLISE DOS PROGRAMAS MAIS EDUCAÇÃO E NOVO MAIS EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE BELA VISTA DE GOIÁS	
Deuzeni Gomes da Silva Sônia Santana da Costa	
DOI 10.22533/at.ed.67219100714	
CAPÍTULO 15	159
ENSINO MÉDIO NO CAMPO E AS (IM)POSSIBILIDADES DE FORMAÇÃO INTEGRAL A PARTIR DA LEI 13.415 DE 2017	
Claudemir Lourenção	
DOI 10.22533/at.ed.67219100715	
CAPÍTULO 16	174
INSTRUMENTOS ORGANIZACIONAIS DO CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO INTEGRAL: UM ESTUDO NO ÂMBITO DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO	
Madison Rocha Ribeiro Genylton Odilon Rêgo da Rocha	
DOI 10.22533/at.ed.67219100716	

CAPÍTULO 17	189
INTEGRAÇÃO CURRICULAR E FORMAÇÃO INTEGRAL: TRAJETÓRIAS E INTER-RELAÇÕES	
Jane Bittencourt	
Ilana Laterman	
DOI 10.22533/at.ed.67219100717	
CAPÍTULO 18	204
O PAPEL DO COORDENADOR NA EDUCAÇÃO INTEGRAL E INTEGRADA DE UMA ESCOLA PÚBLICA DA REDE ESTADUAL DE MINAS GERAIS	
Evaldo Batista Mariano Júnior	
Márcia Helena Silva de Oliveira	
Valeska Guimarães Rezende da Cunha	
DOI 10.22533/at.ed.67219100718	
CAPÍTULO 19	215
PROJETO GUAPORÉ DE EDUCAÇÃO INTEGRAL EM ARIQUEMES-RO: UMA ANÁLISE CRÍTICA DA INTERRUPTÃO DO PROGRAMA	
Francisco Roberto da Silva de Carvalho	
Silvana de Fátima dos Santos	
Carmem Tereza Velanga	
DOI 10.22533/at.ed.67219100719	
CAPÍTULO 20	226
INTERCÂMBIO CULTURAL E IDENTIDADE JUVENIL	
Sylvia Cristina de Azevedo Vitti	
DOI 10.22533/at.ed.67219100720	
CAPÍTULO 21	240
O TRATAMENTO DA DIVERSIDADE INDÍGENA NUMA ESCOLA MUNICIPAL URBANA DO MUNICÍPIO DE DOURADOS, MS	
Marta Coelho Castro Troquez	
Elda Do Val Haerberlin Marcelino	
DOI 10.22533/at.ed.67219100721	
CAPÍTULO 22	250
POLÍTICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS NO BRASIL (2002-2012): UMA REFLEXÃO SOBRE A PRIMEIRA DÉCADA DE COTAS PARA NEGROS	
Paulo Alberto dos Santos Vieira	
Priscila Martins de Medeiros	
DOI 10.22533/at.ed.67219100722	
CAPÍTULO 23	268
POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NO ÂMBITO ESCOLAR: REFLEXÕES SOBRE UMA EXPERIÊNCIA SENSÍVEL	
Ana Luiza Tomazetti Scholz	
Luiza Bäumer Mendes	
Josiane Lieberknecht Wathier Abaid	
DOI 10.22533/at.ed.67219100723	

CAPÍTULO 24	277
RELAÇÕES DE GÊNERO E POLÍTICAS EDUCACIONAIS: TENSÕES E DISPUTAS NO PNE E NOS PEES E PMEs	
Telmo Marcon	
Ana Lucia Kapczynski	
DOI 10.22533/at.ed.67219100724	
CAPÍTULO 25	290
POLÍTICAS PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR E EVOLUÇÃO DE INDICADORES DE QUALIFICAÇÃO DOCENTE ENTRE 1995 E 2013: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO	
Alexandre Ramos de Azevedo	
DOI 10.22533/at.ed.67219100725	
SOBRE O ORGANIZADOR	308

BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA PROUNI: UMA ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE PERMANÊNCIA DOS BOLSISTAS E O CONTEXTO DE PARTICIPAÇÃO NA POLÍTICA PÚBLICA

Leonardo Nascimento de Lima

Universidade Federal do Rio Grande do Sul -
UFRGS
Porto Alegre – RS

Lorena Machado do Nascimento

Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul -
PUCRS
Porto Alegre - RS

RESUMO: A educação superior no Brasil destacou-se nas últimas décadas com políticas implantadas que visam favorecer o acesso nas instituições tanto públicas, quanto privadas, pois a necessidade imposta pela economia globalizada, dinâmica e cada vez mais competitiva, exige conhecimentos específicos da mão-de-obra. Uma destas propostas veio a ser o Programa Universidade Para Todos - ProUni, implantado a partir de 2005 ganhou destaque entre essas políticas, pois influenciou muito as mudanças voltadas para esta democratização, no entanto, é fundamental reconhecer que as políticas compensatórias são uma forma de minimizar o problema sem, afinal, resolvê-lo. Por isso somos desafiados a questionar como e o quanto essas ações afirmativas têm, de fato, alterado o cenário da educação superior, no que diz respeito a permanência dos sujeitos socialmente excluídos. Este estudo se propõe a identificar e analisar, as condições de

permanência e da superação das dificuldades encontradas por 6 estudantes, de diferentes graduações, bolsistas do PROUNI, bem como em que medida a política pode se modificar com a participação dos usuários no processo decisório e como isso se dará. Diante de uma realidade de escassas possibilidades de acesso à Educação Superior, esses estudantes se vem muito gratos a política por cursarem uma graduação; não identificam problemas na mesma; desconhecem, em parte, a forma como a política foi organizada e por quem; enfrentam suas dificuldades tanto financeiras, sociais e acadêmicas, de forma individualizada, dificultando a permanência ou levando maior tempo para concluir. Espera-se com este estudo, contribuir para problematizações acerca dos desafios e compromissos que as Instituições de Ensino Superior privadas precisam assumir para garantir a permanência destes estudantes.

PALAVRAS CHAVE: Permanência, Ensino Superior, ProUni, Ciclo de Políticas.

ABSTRACT: Higher education in Brazil has stood out in the last decades with established policies aimed at favoring access in both public and private institutions, since the need imposed by the globalized, dynamic and increasingly competitive economy requires specific knowledge of the labor force, work. One of these proposals came to be the University

for All Program - ProUni, implemented since 2005 gained prominence among these policies, as it greatly influenced the changes aimed at this democratization, however, it is fundamental to recognize that compensatory policies are a way to minimize the problem without, after all, solving it. For this reason, we are challenged to question how and how these affirmative actions have, in fact, altered the scenario of higher education, regarding the permanence of socially excluded subjects. This study intends to identify and analyze the conditions of permanence and the overcoming of the difficulties encountered by 6 students of different degrees, scholarship holders of PROUNI, as well as to what extent the policy can be modified with the participation of the users in the decision making process and how will this be. Faced with a reality of scarce access to Higher Education, these students are very grateful to the policy for attending a degree; do not identify problems in it; are partly unaware of the way in which politics were organized and by whom; face their financial, social and academic difficulties, in an individualized way, making it difficult to stay or taking more time to complete. The aim of this study is to contribute to the problematization of the challenges and commitments that private higher education institutions need to assume in order to guarantee the permanence of these students.

KEYWORDS: Retention, Higher Education, ProUni, Policy Cycle Approach.

1 | INTRODUÇÃO

Mudanças significativas na Educação Superior, após a década de 90, permitiram, progressivamente, o acesso das camadas sociais menos favorecidas economicamente, transformando o campo universitário, que antes era um “ensino de elites” para o que hoje podemos chamar de “ensino de massas”. Mas diante desse panorama atual, de democratização do acesso, alguns desfuncionamentos persistem (e se ampliam) no que diz respeito à permanências dos estudantes, pois muitas instituições não se encontram preparadas para atender essa nova realidade e diversidade (social, econômica, étnica e acadêmica) que nelas ingressam, fazendo com que a democratização do acesso não tenha relação com a democratização do sucesso acadêmico.

O processo de reconfiguração da educação superior significa um fenômeno complexo porque se dá em um campo especial, provido de diferentes naturezas e contextos, que se interconectam com outros campos sociais, e que pode, ao mesmo tempo, expressar processos de reprodução, de transformação, de ajuste, de resistência, de abandono, de superação, por meio da formação acadêmica. Boaventura de Souza Santos (2011) afirma que essas transformações foram muito profundas, e que envolvem os processos de conhecimento e no contexto social do conhecimento (para que (m) ele serve) e que por essas mudanças serem irreversíveis não se pode enfrenta-las contrapondo o que existiu antes, que é necessário “a promoção de alternativas de pesquisa, de formação, de extensão e de organização que apontem para soluções coletivas dos problemas sociais, nacionais e globais” (SANTOS, 2011, p.62).

Nesse contexto de expansão da educação Superior e para dar conta de tais

demandas, o governo federal criou em 2004 o Programa Universidade para Todos (ProUni) que objetiva ampliar o acesso de brasileiros de afrodescendentes, indígenas e de baixa renda à educação superior, uma iniciativa que gerou muitas críticas e é muito discutida no âmbito das políticas públicas.

Diante dos questionamentos sobre a atuação da educação superior e sobre o conhecimento que produz em relação a educação e a preparação para o mundo trabalho e as garantias de formação dos historicamente excluídos, somos desafiados a questionar como e quanto essas ações afirmativas têm, de fato, alterado o cenário da educação superior, no que diz respeito a permanência dos sujeitos socialmente excluídos. O presente trabalho se propõe a identificar e analisar, as condições de permanência e da superação das dificuldades encontradas pelos estudantes beneficiários do ProUni, bem como a efetividade do programa, avaliada a partir da ótica de seus beneficiários, analisando essa perspectiva sobre o argumento do *Ciclo de Políticas (Policy Cycle Approach)* formulado por Stephen Ball et al (1992), em particular três etapas: Contexto de influências, Contexto de efeitos e resultados e Contexto de estratégia política. Importante ressaltar que apesar do Contexto de produção textual e o Contexto da prática estarem interligados com os demais, não estarão contemplados na análise pois o presente artigo não visa explorar como e de que maneira o programa está implementado e também porque o mesmo não possui poder discricionário dos atores em seu processo de implementação.

Percebe-se, então a necessidade de aprofundarmos estudos nesta área, a fim de contribuir, significativamente, para que todas essas reflexões tenham suas respostas, bem como para que políticas públicas, desenvolvidas nos últimos anos, venham se concretizar em ações reais de acesso, permanência e equidade.

2 | O PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS – PROUNI

O Programa Universidade para Todos - ProUni -, é um projeto de ampliação do acesso a Educação Superior criado pelo governo Federal através da Lei nº 11.096 de 13 de janeiro de 2005, em resposta ao Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado em 2000. O programa oferta, por intermédio de parcerias com instituições de ensino superior particulares, bolsas integrais ou parciais, em contrapartida, oferece às instituições abatimentos tributários no imposto de renda das pessoas jurídicas, na contribuição social sobre o lucro líquido, na contribuição social para financiamento da seguridade social e na contribuição para o programa de integração. Possui também uma política de quotas destinada aos alunos portadores de necessidades especiais, afrodescendentes ou indígenas, cujas vagas são distribuídas conforme a proporção dessas populações nos estados.

Apesar das críticas, o ProUni destaca-se como uma política pública afirmativa que favorece a possibilidade de maior contingente de jovens ingressarem nas universidades. Ele tem como principal objetivo garantir o acesso à universidade

àqueles que dificilmente teriam essa oportunidade, ou seja, visa à democratização do Ensino Superior.

Assim, desde a implementação do ProUni, o número de alunos contemplados com bolsas de 50% e 100% do valor da mensalidade tem crescido muito em todo o território brasileiro, segundo dados do MEC (2018). No ano de 2005, quando o programa foi implementado, foram ofertadas 112.275 bolsas no país, sendo que no estado do Rio Grande do Sul (RS) foram 8.138. E no ano de 2018, esse número aumentou para 417.276 em todo o país e 25.626 ficaram no Rio Grande do Sul. Consta-se, portanto, que, em dez anos de existência, houve aumento de mais de 100% na oferta de bolsas em todo o país, transformando muito o panorama social das instituições de educação superior. O ProUni é visto como uma política que, não só vem crescendo, mas vem cada vez mais se consolidando positivamente como possibilidade de ascensão dos historicamente excluídos, mesmo com caráter de provisoriedade, pois elas não podem (nem devem) corrigir, sozinhas, as desigualdades sociais do país

Estas políticas visam, em caráter provisório, a criação de incentivos para grupos desfavorecidos, a fim de que possam eles fazer parte da elite de um país, de forma mais condizente com sua representatividade numérica no conjunto da população. (FRANCO, LAUXEM & OLIVEM, 2016, p.92)

A possibilidade de inserção na Educação Superior dada a esses jovens os iguala aqueles com maiores recursos socioeconômicos. Contudo, é justamente essa “igualdade” dentro das universidades que, muitas vezes, afetam a permanência desses para a conclusão da graduação. Por isso, o acompanhamento posterior ao ingresso do estudante na IES, poderá promover o seu êxito acadêmico e do próprio programa, considerando que as suas limitações na trajetória social, acadêmica e econômica caracterizam-se como um desafio a sua permanência numa universidade privada.

Visto que essas políticas incentivam o acesso de pessoas de segmentos sociais desfavorecidos, as organizações e instituições se encontram diante de grandes desafios no atendimento desses estudantes. As autoras citadas afirmam, que “os contextos emergentes têm o sentido de aflorar questões e situações” (2016, p.95), e que é necessária atenção, cuidado e conhecimento sobre os problemas que desse contexto emergem. Wielewiski (2016) afirma que ao atender esses estudantes, as instituições precisam problematizar “o teor e a intensidade das iniciativas que objetivam o desenvolvimento e a superação das desigualdades” (p.138). Aponta que essas iniciativas devem vir marcadas por uma preocupação como modos de produção de conhecimento que a educação superior produz. Se, de um lado temos um grande número de jovens ingressando no ensino superior, de outro temos uma sociedade cada vez mais tecnológica, instantânea e imediatista, com problemas tão emergentes que necessitam de cidadãos cada vez mais (bem) preparados para nela atuar de modo a contribuir na resolução desses problemas.

Nesse particular, a educação, além de garantir mecanismos de formação de um determinado sujeito para um dado modo de organização das sociedades, é

Nesse contexto, constata-se que a educação superior, passa por um processo de transição do modelo de uma universidade tradicional para uma universidade do século XXI, implicado na superação desses desafios, bem como de professores e metodologias capazes de dar conta dessas e de novas demandas que possam surgir, a fim de garantir a formação desses estudantes fundamentada na equidade, demandando uma reflexão acerca do modelo de educação superior que está sendo promovido, pois as mudanças na sociedade, no mundo do trabalho e na produção de conhecimentos impactam em todos os níveis educacionais, e a universidade não deve ficar alheia a isso, principalmente, no que diz respeito a qualidade do conhecimento que é produzido nela, sob o princípio de educação como um direito de todos.

3 | CICLO DE POLÍTICAS

A formulação e implementação de políticas públicas, a criação de ações afirmativas e programas sociais são multifacetados e dinâmicos. A cada peculiaridade de um local, de uma determinada região pode-se observar diferentes impactos para uma mesma política. A abordagem do Ciclo de Políticas na concepção de um programa, em suma, poderia prevenir a produção de efeitos perversos - não esperados - além de conter possíveis mudanças no decorrer da implementação da política afim de delinear para melhores resultados e efeitos. Mainardes (2006) propõem uma discussão, descrevendo os contextos dessa abordagem, identificando as interações e observando aspectos para com as complexidades das políticas educacionais. Inicialmente verifica-se a necessidade de referir-se o Contexto da influência, Contexto da produção textual e o Contexto da prática interligados, onde o primeiro instiga-se as finalidades dos programas, os conceitos que circundam a questão social (educação), qual a visão implementar-se-á condicionada a interesses de cunho político e aqui salienta-se a indispensabilidade da representação dos - intencionalmente - beneficiários da política pública:

Uma coisa é conseguir capturar os 'efeitos' das política sobre coletividades sociais abstratas, outra é conseguir capturar a interação complexa de identidades, interesses, coalizões e conflitos nos processos e atos da política..." (BALL, 2006 p. 27)

O Contexto da produção textual consiste em a articulação do texto político em si: A política. Segundo Mainardes (2006), esta representação pode ocorrer de várias formas: "...textos legais oficiais e textos políticos, comentários formais ou informais sobre os textos oficiais, pronunciamentos oficiais, vídeos etc." (p. 52). O Contexto da prática é onde pode haver o poder discricionário de quem executa a implementação da política pública, o que - já citado anteriormente - não acontece com o PROUNI, nesse contexto é discutido a possibilidade de haver uma *recriação* da

política. O contexto dos resultados e efeitos é uma avaliação do impacto do programa, ponderando diferentes peculiaridades do local onde está em execução com a intenção de verificar uma produção de desigualdades e injustiças proposta por Mainardes (2006) “em duas categorias: gerais e específicos.” (P. 54) no que diferem-se em uma análise de perspectivas, em que pese o agrupamento de outras políticas (conjuntos de dimensões) que estiverem em execução em paralelo, no local de estudo. O último Contexto, da estratégia política, em suma é a assimilação de ações a serem tomadas para contemplar os efeitos criados pelo programa pesquisado.

4 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo caracterizou-se por uma abordagem qualitativa, onde foram realizadas entrevistas semiestruturadas, com 5 estudantes, bolsistas do PROUNI, dos cursos de Jornalismo, Direito, Serviço Social, Ciências Sociais e Pedagogia, em uma instituição comunitária no sul do Brasil.

As entrevistas foram analisadas a partir dos princípios de Análise Textual Discursiva - ATD (Moraes, 2003), procurando desvelar o conhecimento da realidade, buscando significado especial dos fatos, como se propõem as investigações sociais. Desenvolvida com categorias elaboradas *a priori*, que estruturaram a entrevista.

5 | ANÁLISE DOS DADOS

5.1 Contexto dos bolsistas

Os estudantes entrevistados se caracterizam por serem quatro mulheres e um homem, todos cursam a graduação no turno da noite com bolsa integral, e por estarem na faixa etária de 18 a 25 anos, uma característica que aponta a efetividade do Programa no atendimento ao Plano Nacional de Educação - PNE (2000) que, tem como meta prioritária, que 30% dos jovens brasileiros entre 18 e 24 anos estivessem cursando este nível de ensino no Brasil até o final do ano de 2010.

Todos os entrevistados cursaram toda educação básica em escola pública, entraram na universidade na primeira vez que fizeram o Exame Nacional do Ensino Médio - Enem, são os primeiros em sua família nuclear (pais e irmãos) a cursarem a Educação Superior, três moram na mesma cidade da IES e dois na região metropolitana.

Segundo dados do Ministério da Educação (MEC, 2018) do número de bolsas ofertados desde a implementação do ProUni foram ofertadas 69% integral e 31% parcial, 54% para bolsistas do sexo feminino e 46% para o masculino e 73% dos bolsistas frequentaram o turno da noite.

5.2 Trajetórias de vida

Os bolsistas entrevistados apontam uma trajetória social e escolar de muito esforço e dedicação, pois fazem parte de famílias, em sua maioria, de média de quatro pessoas e uma bolsista com oito pessoas na família nuclear.

Segundo Bourdieu (2013) o acesso ao ensino superior é resultado de uma seleção direta ou indireta que ao longo da escolaridade do estudante, pesa com rigor desigual sobre os sujeitos das diferentes classes. O autor ainda afirma que um estudante de camada social mais elevada, tem oitenta vezes mais chances de entrar na universidade do que estudante filho de assalariado. Zago (2006) também aponta, em um estudo feito com estudantes universitários em condições econômicas, culturais e familiares desfavoráveis, que “a desigualdade de oportunidades de acesso ao ensino superior é construída de forma contínua e durante toda a história escolar dos candidatos” (p.230). A autora ainda afirma que:

Chegar a esse nível de ensino nada tem de “natural”, mesmo porque parte significativa deles, até o ensino fundamental e, em muitos casos, ainda no ensino médio, possuía um baixo grau de informação sobre o vestibular e a formação universitária. (p.230)

Os estudantes apontaram também que, desde muito cedo exercem atividades remuneradas para auxiliar na renda familiar. E hoje, exercem atividades remuneradas relacionadas ao curso que frequentam como estágios com seis horas de trabalho, e dois também exercem atividades como bolsista de Iniciação Científica, após o estágio.

Argumentam que devido a essa carga de trabalho disponibilizam pouco tempo para executar as tarefas acadêmicas, bem como, estudar para as provas. Apontando essa ser a maior dificuldade para um bom desempenho no curso que frequentam. Estão entre o primeiro e oitavo semestre do curso e, apenas um, vai concluir a graduação no tempo adequado ao curso. Afirmam que quando o desempenho não é bom “trancam” a disciplina em questão, pois, como bolsistas, não podem reprovar, e por essa questão acabam levando mais tempo para concluir o curso.

Zago (2006) destaca outra “faceta da desigualdade” (p.235) que é de que o tempo envolvido com o trabalho para garantia da sobrevivência desses estudantes impõe limites acadêmicos aos mesmos, como participação em atividades extracurriculares, bem como desempenho nas disciplinas, pois a maioria exerce atividade remunerada em tempo parcial e até integral, o que muitas vezes foi o responsável pelo ingresso tardio desses estudantes no ensino superior e, até mesmo, por uma permanência prolongada.

Outras dificuldades também foram apontadas, como vemos na fala do E1: “*Tive muitas dificuldades no início do curso para acompanhar o ritmo das aulas, é muito conteúdo e pouco tempo para estudar, além que nossa base escolar é muito diferente da maioria que está aqui.*”, fazendo referência em ter cursado escola pública, inclusive com professores.

Outra característica apontada pelos entrevistados, no âmbito das dificuldades, é o “choque de realidade social e econômica” (E5), a mesma relata já ter presenciado, com outros colegas, situações de discriminação por não terem condições de adquirirem alguns materiais que o curso exigia e que ouviu de colegas que não se não tinham condições de pagar (os materiais) não deveriam estar ali.

Essa realidade é encontrada, principalmente, nos cursos com formação técnica que exigem o uso contínuo de equipamentos e instrumentos para participar das disciplinas, como fotografia, odontologia, arquitetura, entre outros.

5.3 O ProUni e sua efetividade na visão do Bolsista

Constata-se um conhecimento superficial por parte dos usuários do programa, pois ao serem questionados sobre a construção da política, onde atribui-se à questões de leitura informativa sobre a política, tempo em que está em execução, atores e público alvo sendo definido na interpretação do sujeito pesquisado, todos afirmam que a bolsa se destina “*Toda aquela parcela da população que não tem condições de pagar uma universidade e ao mesmo tempo não consegue acessar a universidade pública*” (E3). Contudo, descrevem como é a relação, do governo com as Universidades que recebem alunos do programa, sobre o vínculo financeiro através de isenções fiscais e sem repasse, propriamente dito, de verba.

Os entrevistados tem, em sua maioria, amigos beneficiários da mesma política e estão inseridos em turmas com grande percentual de usuários do Prouni. E que, muitas vezes, se agrupam em trabalhos acadêmicos, pois são discriminados pelos demais colegas. A entrevistada 4 sugere que a instituição tivesse um programa com suporte de inclusão para os bolsistas que chegam às unidades acadêmicas para desenvolver ações de acolhimento e orientação junto aos colegas não bolsistas, pois mesmo sendo beneficiários de uma política do governo investiram para estar ali mas depois se deparam outra realidade. E afirma: “*Indiferente da forma de ingresso, todos são alunos da universidade, todos tem direito de estar ali, de cursar uma faculdade e o nosso direito de concluir, também deveria ser o mesmo.*” (E5)

Verifica-se através do discurso utilizado pelos interlocutores uma insatisfação diante da falta de auxílio para a permanência do aluno por parte da Instituição de Ensino Superior (IES), tal qual percebido também na Política Pública em si. Quando questionados a respeito de aspectos positivos e negativos sobre o Prouni, o E3 respondeu: “*O ponto positivo é a possibilidade de quem não tem condições de pagar, conseguir acessar... e aí o ponto negativo é que a bolsa por si só, não garante que a gente consiga estudar*” fazendo referência ao acesso proporcionado no ensino superior, mas não necessariamente garantindo que haverá uma qualidade da graduação ou até mesmo sua conclusão.

Ponderam, também, na narrativa o fato de o investimento público ser efetuado no setor privado e não nas instituições estatais. No entanto, o nível de satisfação do usuário para com a política está diretamente relacionado com a necessidade de

pessoas - as quais preenchem os critérios de participação no Prouni - cursarem um curso superior e porventura ser o único meio de fazê-lo: “É o ENEM, é o Prouni que vão abrir as portas da universidade para os estudantes que antes nunca pensavam em cursar uma faculdade”, afirmou o E2. Outros, salientam, que com a implementação do programa, aumenta o número de alunos de baixa renda dentro da universidade mudando sua “cara” (antes elitista) e ponderam que o acolhimento no meio acadêmico não ocorre por parte da instituição e sim da “comunidade Prounista”. Nada obstante, sugerem uma mudança baseada na manutenção da Política com a conexão entre o acesso e a permanência do beneficiário durante realização de qualquer curso superior:

“...no sentido de dar as condições de transporte, alimentação e que existisse um debate mais próximo entre a comunidade de estudantes e a universidade para que juntos conseguissem ter medidas que realmente garantissem a permanência e uma formação de qualidade para quem é Prounista aqui na instituição” (E4)

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos resultados obtidos na análise das entrevistas pode-se constatar pontos em comum na visão do bolsistas, a saber:

- Primeiros da família a ingressar em IES (oportunidade única – gera mudança da trajetória de vida)
- Cursaram ensino público na educação básica em sua totalidade
- Nenhum conhecimento sobre origem, atores e formulação do programa.
- Descrição do público-alvo similar. (Estudantes de baixa renda oriundos de escola pública)
- Conhecem muitos beneficiários do programa. (Comunidade, principalmente colegas do mesmo curso de graduação)
- Reconhecem a política como única “chance” de ingresso no Ensino Superior.
- Facilita o ingresso (“salas lotadas”) - ponto positivo - dificulta permanência (“ensino precarizado sem manutenção do bolsista durante a graduação seguindo dificuldades específicas”), além da existência do preconceito com os beneficiários por parte de alguns colegas e até professores. Existe segregação em sala de aula com alunos bolsistas e não bolsistas - ponto negativo -
- Sugere-se a manutenção da permanência (alimentação/transporte...) “É o que falta”
- Acolhimento por parte da comunidade docente, não pela IES

No que tange aspectos relacionados à instituição, cabe um olhar mais atento para esses estudantes e suas especificidades, principalmente no que diz respeito às dificuldades relatadas aqui e que necessitam de ações que deem conta do apoio acadêmico, social e econômico do bolsista dentro da universidade. Pois mesmo já dispondo de uma secretaria específica para atendimento desses estudantes, muitos

não sabem dos seus reais direitos, ou muitas vezes, são constrangidos diante de situações discriminatórias.

Todos esses aspectos refletem, diretamente, na permanência do estudante e é responsabilidade da Instituição que os acolhe, bem como do governo que desenvolve a política pública afirmativa, de rever, a partir da ótica dos usuários e articular iniciativas que melhorem a relação ingressantes - concluintes, buscando desenvolver ações de melhorias das oportunidades educacionais desses grupos, garantido a permanência e a conclusão no ensino superior.

Verifica-se que o programa em análise encaixa-se nos diferentes contextos do Ciclo de Políticas sendo de essencial importância o olhar sobre o beneficiário e em como esta representação pode contribuir para a execução desta política que até então não contempla uma série de fatores para aquilo - que não necessariamente fora criada - mas que não menos importante é a formação de qualidade e em tempo razoável por parte dos bolsistas. É a influência que pode modificar o texto da política conjuntamente com seus objetivos e até mesmo sanar efeitos de desigualdades e injustiças que venham a ser criados.

Uma educação, como direito humano essencial à liberdade e autonomia, exige a necessidade de lutas por igualdade, como forma de efetivação de um ideário de sociedade, traz a demanda por igualdades racial, sexual e gênero, entre outras. Coloca-nos, portanto, diante de uma contradição, de discriminação negativa e manutenção de privilégios a determinados segmentos. Sabemos que a realidade brasileira ainda apresenta imensos desafios nessa direção, inclusive o de corrigir as grandes defasagens sociais, resultantes de uma história injusta com seu povo.

REFERÊNCIAS

BALL, S. *Sociologia das Políticas Educacionais e Pesquisa Crítico-Social: uma revisão pessoal das políticas educacionais e da pesquisa em política educacional*. Currículo sem Fronteiras, v.6, n.2, pp.10-32, Jul/Dez 2006

BOURDIEU, Pierre. A escola conservadora: as desigualdades frente a escola e a cultura. Em NOGUEIRA, M. A. e CATANI, A. (Orgs) *Escritos de Educação*. Petrópolis, RJ : Vozes, 2013.

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura - MEC. (2018). *Programa Universidade para Todos – ProUni*. Acessado em fevereiro de 2019. <http://prouniportal.mec.gov.br/dados-e-estatisticas>

FRANCO, M. E. D. P.; LAUXEN, S. L.; OLIVEN, A. C. (2016). Educação Superior e Contexto: questões emergentes e desafios. In: Franco, M.E.D.P. (Orgs.). *Educação Superior e Contextos Emergentes*. Porto Alegre: Edipucrs. 399p.

MAINARDES, J. *Abordagem do Ciclo de Políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais*. Educ. Soc., Campinas, vol. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006.

SANTOS, B. de S. (2011). *A Universidade no Século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade*. São Paulo: Ed. Cortez. (Coleção questões da nossa época; V. 11)

WIELEWICKI, Hamilton de Godoy. Educação Superior e Pesquisa em Contextos Emergentes: constatações e ponderações. In: FRANCO, M. E. D. P., ZITKOSKI, J. J.; FRANCO, S. R. K. (Orgs.). **Educação Superior e Contextos Emergentes**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016. 399 p. (Série RIES/ Pronex; v.6)

ZAGO, Nadir. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v.11, n.32, maio/agosto de 2006 – 226-237 p.

SOBRE O ORGANIZADOR

WILLIAN DOUGLAS GUILHERME Pós-Doutor em Educação, Historiador e Pedagogo. Professor Adjunto da Universidade Federal do Tocantins e líder do Grupo de Pesquisa CNPq “Educação e História da Educação Brasileira: Práticas, Fontes e Historiografia”. E-mail: williandouglas@uft.edu.br

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-467-2

